



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1002059-02.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Valdirene Silva dos Santos**
 Requerido: **Banco Pecúnia S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

VALDIRENE SILVA DOS SANTOS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Banco Pecúnia S/A e OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento, também qualificada, alegando tenha firmado com o réu contrato nº 101919001256414 datado de 13/06/2014, no valor de R\$ 12.239,31, a ser pago em 36 parcelas de R\$ 477,60, salientando que em 27/01/2016, foi notificada da cessão do contrato à correquerida *Omni S/A*, e não obstante tenha honrado com todos os valores a seu cargo, teriam sido aplicados juros remuneratórios de 1% e multa de 2% ao mês sobre as parcelas em atraso, fazendo incidir valores "*discrepantes*" quando consultada a taxa média de mercado para os juros, que se aplicada resultariam em parcelas de R\$ 460,36 mensais, à vista do que conclui tenham os réus inserido cláusulas abusivas no contrato, utilizando a tabela *Price* e praticando anatocismo, além de impor o pagamento de "*valor da tarifa de cadastro*", "*registro de contrato*", *IOF*, onerando em R\$ 389,31, taxas que deveriam ter sido assumidas pela própria instituição financeira, pugnado desta forma a repetição do indébito no valor de R\$ 1.450,71 referentes aos valores pagos indevidamente, bem como o valor de R\$ 3.960,42 referentes aos encargos moratórios cobrados sobre o valor da prestação, que devem ser corrigidos com base no método *Gauss* e em dobro, nos termos do art. 42, do CDC, requerendo ainda sejam os réus condenados à devolução dos valores cobrados a maior, bem como sejam impedidos de incluir o seu nome nos cadastros de inadimplentes.

o *Banco Omini S/A* contestou o pedido requerendo a alteração do polo passivo tendo em vista que o referido *Banco Pecúnia*, cedeu todos os seus direitos à ela, *Omni S/A Crédito Financiamento e Investimento*, alegando, em preliminar a inépcia na inicial, porquanto tenha a autora se baseado em análise financeira realizada unilateralmente, com adoção de critérios que não correspondem ao contrato firmado, enquanto que, no mérito, alega que a aplicação de juros moratórios superiores a 12% ao ano não se revelam mais abusivos, devendo ser observado cada relação contratual, conforme já decidido por nossos tribunais superiores, alegando mais não tenha sido pactuado a capitalização de juros nem tampouco utilizado a tabela *Price*, não obstante seja entendimento pacífico dos nossos tribunais a legalidade da sua aplicação em contratos bancários, assim como a cumulação da comissão de permanência com outros encargos moratórios, salientando que as taxas administrativas foram livremente pactuadas, assim



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

como a incidência de IOF, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor, concluindo pela improcedência da ação.

A autora replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito à autora, há, de fato, uma inépcia da petição inicial, atento à manifesta inobservância do disposto no §2º do art. 330, do Novo Código de Processo Civil, que assim determina: *"nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito"* (o grifo é nosso).

Segundo aponta a doutrina tratando do referido dispositivo legal, *"não basta que o autor formule o pedido de revisão dos valores inerentes ao contrato, deve precisar qual é a obrigação que deseja controverter, além de especificar o quantum do débito é incontroverso, uma vez que esse deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados ao longo do desenvolvimento do processo (ou seja, tornar o pedido de revisão o mais determinado possível)"* - cf. GEORGES ABBoud E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS – os grifos são nossos ¹.

E assim se exige porque, ainda segundo apontado na doutrina, *"houve um equívoco cometido nos primeiros tempos de aplicação do Código de Defesa do Consumidor: o de se pressupor estar diante de um contrato com cláusulas necessariamente abusivas, tão somente pela desigualdade das posições das partes, na formação do contrato de adesão"* (cf. TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros ²).

A partir dessa equivocada premissa, conclui TERESA ARRUDA ALVIM, *"muitas dessas ações foram ajuizadas sem um mínimo de fundamento fático ou jurídico, no intuito exclusivo de protelar o cumprimento de obrigações contratuais, sendo evidente a má-fé (processual e contratual) por parte desses autores"* (idem, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros ³ - os grifos constam do original).

Ora, ocorre que o processo civil é guiado pelo princípio da *substanciação*, que obriga o autor, nos termos do que regula o inciso III do art. 319, do Código de Processo Civil, a *"expor na inicial o fato e os fundamentos jurídicos de sua pretensão, de modo que resulte claro o pedido"*, requisitos esses que *"a inicial deverá observar com o máximo cuidado, sob pena de incidir em inépcia e ser liminarmente repelida"*, pois da clareza desses dados dependerá *"que o réu possa preparar sua defesa"* (cf. MOACYR

¹ GEORGES ABBoud E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS, *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, n. 3. ao art. 330, p. 844.

² TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.

³ TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER e Outros, *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*, 2015, RT-SP, nota ao art. 330, p. 558.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

AMARAL SANTOS ⁴).

Mas não é só: “*atos descritos são segmentos da História, ou eventos da vida, aos quais o demandante atribui a eficácia que lhe conferir o direito alegado e a necessidade de tutela jurisdicional postulada. Das dimensões que tiverem dependerão os limites da sentença a ser proferida (art. 128); bem como os da coisa julgada que sobre ela incidir*” (cf. CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO ⁵).

Portanto, se não há uma clara descrição dos vícios dos negócios que se quer revistos, impossível ao julgador dirigir a prova e, mais que isso, proferir uma sentença, já que essa deverá observar as *questões postas* pelo autor (cf. art. 128, Código de Processo Civil), como ainda os limites do pedido (cf. art. 460, mesmo Codex).

Por isso mesmo se tem decidido que “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações*” (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a “*alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório*” (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator ⁶).

Contudo, em homenagem ao princípio da efetividade da jurisdição, cumpre a este Juízo considerar que a pretensão da autora, ao concluir pela existência de valores “*discrepantes*” (sic.), ou abusividade, não resiste a uma mínima análise do caso.

Ocorre que, confessada a mora, não há como se olvidar assista ao banco réu, enquanto credor, o direito de aplicar aos valores devidos os encargos contratados.

Dizer que o valor da prestação mensal deveria ser de R\$ 460,36 por conta de um suposto dever de aplicação de juros à *taxa média de mercado*, mostra-se pretensão não amparada pela lei ou pela jurisprudência, conforme precedente do Superior Tribunal de Justiça: “*Consoante firmado no voto condutor do REsp 1061530/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009, o simples fato de a taxa de juros remuneratórios contratada superar o valor médio do mercado não implica seja considerada abusiva, tendo em vista que a adoção de um valor fixo desnaturaria a taxa, que, por definição, é uma “média”, exurgindo, pois, a necessidade de admitir-se uma faixa razoável para a variação dos juros*” (cf. AgrReg. No AI nº 135.547/RS – 3ª Turma STJ – 06.03.2012 ⁷).

Quanto à alegação de prática de anatocismo, cumpre lembrar se cuide aqui de contrato firmado para pagamento em prestações mensais, de valor igual, previamente calculado, o que equivale dizer, com juros *pré fixados*, o que, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, impede se falar em capitalização ou contagem de juros sobre juros, porquanto “*no contrato de financiamento,*

⁴ MOACYR AMARAL SANTOS, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, Vol. 2, Saraiva, SP, 1999, p. 133.

⁵ CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, p. 127/128.

⁶ LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

⁷ www.stj.jus.br/SCON



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ⁸).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida*” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ⁹).

E tampouco caberá se imputar à tabela *Price* a prática de anatocismo, pois, a propósito do que igualmente vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*A Tabela Price não compreende anatocismo*” (cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 ¹⁰).

No mesmo sentido: “*Embargos à execução. SFH. Sentença de improcedência. Apelação. Juros remuneratórios dentro dos limites legais. Laudo pericial. Tabela Price não compreende anatocismo. Jurisprudência do STJ em sede de recurso repetitivo. Seguro devido. Admitida a prévia atualização do saldo devedor para posterior amortização. Súmula 450 do STJ. Plano de Comprometimento de Renda e reajuste das prestações*” (cf. Ap. nº 9000043-57.2008.8.26.0564 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/11/2015 ¹¹).

E tampouco caberá se falar da utilização de tabela alternativa, no caso, a *Tabela Gauss*, conforme entendimento do mesmo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO -Tabela Price - Admissibilidade - O emprego do sistema francês de amortização não implica prática de anatocismo e nem afronta a legislação vigente Inexistência de ilicitude em tal previsão, que não importa abusividade nem dá azo ao enriquecimento ilícito da outra parte - Capitalização de juros - Inocorrência - Acordado o pagamento em parcelas mensais fixas, a taxa pré-fixada já está diluída, não havendo que se falar em capitalização de juros Juros remuneratórios - Limitação dos juros em 12% ao ano - Inaplicabilidade às instituições financeiras - Súmula 596 do STJ Ausência de abusividade no percentual contratado Inaplicabilidade da tabela "Gauss"*” (cf. Ap. nº 1018939-20.2014.8.26.0002 - 18ª Câmara de Direito Privado TJSP - 10/12/2014 ¹²).

Quanto à afirmada cobrança de “*valor da tarifa de cadastro*”, “*registro de contrato*”, e *IOF*, o que se vê é que, em relação às tarifas, não há se falar em ilegalidade ou abuso, a propósito da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo considerando lícitas tais cobranças: “*TARIFAS BANCÁRIAS - Previsão contratual da cobrança de Tarifa de Cadastro e Registro de Contrato, com a especificação de seus valores - Ausência de demonstração de vício de consentimento quando da assinatura do pacto ou da abusividade de tais custos - Resolução nº 3.919/11 do Bacen - Legalidade da cobrança*” (cf. Ap. nº 0001721-64.2011.8.26.0369 - 38ª Câmara de Direito Privado TJSP -

⁸ www.esaj.tjsp.jus.br.

⁹ www.esaj.tjsp.jus.br

¹⁰ www.esaj.tjsp.jus.br

¹¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

¹² www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

26/09/2012 ¹³).

Quanto ao IOF, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o abuso na sua cobrança, quando se trate de valor financiado, tem que ser precisa e objetivamente demonstrado, sob pena de se rejeitar o conhecimento do reclamo: *“Conforme entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal, no mesmo passo dos juros remuneratórios, “em relação à cobrança das tarifas de abertura de crédito, emissão de boleto bancário e IOF financiado, há que ser demonstrada de forma objetiva e cabal a vantagem exagerada extraída por parte do recorrente que redundaria no desequilíbrio da relação jurídica, e por consequência, na ilegalidade da sua cobrança” (cf. AgRg na Rcl 12386/SP – 2ª Seção STJ – 22/05/2013 ¹⁴).*

Não é esse o caso dos autos.

Em resumo, a ação é improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 25 de agosto de 2017.

Vilson Palaro Júnior
 Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

¹³ www.esaj.tjsp.jus.br

¹⁴ www.stj.jus.br/SCON.